

Discurso feito pelo secretário da ABACC, DR. Antonio Abel Oliveira na 50ª Conferência Geral da AIEA
2006

Senhor Presidente, Sr. Diretor Geral, distintos delegados, representantes de organizações convidadas, senhoras e senhores,

Desejo, em primeiro lugar, unir-me aos que me precederam no uso da palavra e felicitá-lo pela sua eleição como Presidente desta 50ª Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica.

Aproveito também para manifestar o total apoio da ABACC no desenvolvimento desta reunião, desejando o êxito dos objetivos propostos.

Sr. Presidente, em 2006, a ABACC cumpre 15 anos de existência. Dessa forma, gostaria de fazer minhas as palavras do Sr. Embaixador da República Argentina no Brasil, Dr. Juan Pablo Lohlé – que aparece na nova edição da publicação virtual na Internet – o ABACC News – enfatiza o papel da ABACC como instrumento essencial de transparência e aproximação no amplo caminho da implementação de salvaguardas e no cumprimento do compromisso ativo e permanente de ambos os países em favor da não-proliferação, do desarmamento nuclear e da promoção dos usos pacíficos da energia atômica.

Cabe destacar, Sr. Presidente, que durante o evento em que foi celebrado o 20º aniversário da Declaração de Foz de Iguaçu – de 30 de novembro de 1985 – os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinaram a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear na qual recordaram “os compromissos assumidos nas Declarações Conjuntas sobre Política Nuclear desde Foz do Iguaçu em 1985” e reafirmaram “a importância da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e do sistema comum de verificação dos programas nucleares como mecanismo de confiança e transparência mútua’ e se comprometeram com o seu fortalecimento.

Desde o início, a ABACC vem aplicando com bastante êxito o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares que foi criado pelo Acordo entre os dois países, para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear, e que entrou em vigor em dezembro de 1991. Da mesma forma, no dia 13 de dezembro de 1991, foi assinado o Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a Aplicação de Salvaguardas, mais conhecido como Acordo Quadripartite.

O Acordo Quadripartite é um instrumento legal que regula a relação entre a ABACC e a AIEA e define as atividades de cooperação que devem ser executadas no que se refere às salvaguardas nucleares. Este Acordo tem como fundamento básico o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), já estabelecido entre ambos os países, enfatizando que ambas as instituições devem trabalhar de forma que evite a duplicação desnecessária de atividades. Esta diretiva aparece em vários pontos do referido Acordo.

Atualmente, a ABACC aplica o Sistema Comum em todo o material nuclear existente nas quase 80 instalações nucleares da Argentina e do Brasil, realizando todos os anos cerca de 110 inspeções nessas instalações, com um esforço de inspeção considerável.

Hoje, a quinze anos de sua criação, a ABACC pode mostrar ao mundo uma larga experiência no cumprimento da missão a qual se destina. Durante esse período, a ABACC logrou constituir-se em um organismo binacional de aplicação de salvaguardas com grande credibilidade em nível internacional, assim como em um dos principais colaboradores do sistema internacional de nãoproliferação.

Sr. Presidente, uma mera enunciação das atividades desenvolvidas pela ABACC, inclui geralmente a verificação de que as declarações dos respectivos inventários nucleares de ambos os países seja completa e correta; o desenvolvimento de um enfoque de salvaguardas único para usinas de enriquecimento de urânio; a implementação de procedimentos conjuntos com a AIEA para o uso de equipamentos e a realização de inspeções; a formação e capacitação contínua de seu corpo de oficiais técnicos e de inspetores; a participação na maioria dos foros internacionais na matéria e a

implementação dos enfoques de salvaguardas em todas as instalações nucleares sob seu controle.

A tarefa realizada durante esse tempo, Sr. Presidente, nos permite afirmar com certeza que tanto o Brasil como a Argentina levaram à cabo suas atividades no campo nuclear, cumprindo os compromissos contraídos na área das salvaguardas nucleares e a não-proliferação tanto em nível binacional como internacional.

Isso não significa que a missão da ABACC esteja concluída. Longe disso, manter as instalações nucleares de ambos os países salvaguardadas implica em uma grande tarefa repleta de desafios. Para isso, contamos com o apoio imprescindível dos dois países, que fornecem os recursos humanos e econômicos, colocando à disposição da Secretaria da ABACC a infra-estrutura técnico-científica necessária existente em suas respectivas autoridades nacionais e demais organismos da área nuclear.

Um dos maiores desafios enfrentados pela ABACC foi manter a qualidade de seu trabalho e a competência técnica de seu pessoal de oficiais técnicos e inspetores. Para isso, desde sua criação, a ABACC vem desenvolvendo um intenso programa de treinamento em função da evolução constante da tecnologia e dos conceitos aplicáveis às salvaguardas nucleares.

Esse programa de treinamento foi estendido muitas vezes aos inspetores da AIEA, permitindo, dessa forma, o uso de procedimentos comuns para auditar registros contábeis de materiais nucleares, operar equipamentos e realizar inspeções. Cabe lembrar que, em diversas oportunidades, os governos da Argentina e do Brasil destacaram a importância da melhoria contínua da eficiência e eficácia dos trabalhos da ABACC e da AIEA, evitando a duplicação do esforço de inspeção.

O programa de treinamento desenvolvido pela Secretaria da ABACC envolve seminários, atividades, cursos e visitas técnicas, com a participação de instrutores e palestrantes das autoridades nucleares nacionais dos dois países e de outras instituições como O Departamento de Energia dos EUA (DOE), da EURATOM e da AIEA, entre outras.

Sr. Presidente, na apresentação realizada pela Secretaria da ABACC durante a Conferência Geral do ano passado, foi destacada a importância do trabalho que se vinha realizando entre a ABACC, a AIEA e a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (CNEN) para desenvolver um enfoque de salvaguardas para a primeira usina comercial de enriquecimento de urânio do Brasil, dentro do Acordo Quadripartite.

No dia 23 de março deste ano, esse enfoque foi aprovado e foram estabelecidas as bases para dar início à aplicação do regime de inspeções acordado. Posteriormente, durante o segundo trimestre do ano, a ABACC forneceu os elementos necessários para completar a instalação do sistema de vigilância, o qual foi avaliado e autenticado pela AIEA.

Além disso, a ABACC, junto com a AIEA e a CNEN, acabam de realizar o primeiro Curso de Treinamento em Procedimentos de Inspeção para a usina comercial de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil, permitindo a entrada em vigor do regime de inspeções nãoanunciadas nessa instalação.

Sr. Presidente, é com verdadeiro orgulho e satisfação que a ABACC apresenta este exemplo do que se pode conseguir mediante o diálogo aberto e construtivo, verdadeira garantia de paz e prosperidade em nossa região.

No que se refere às tarefas futuras, a ABACC, a AIEA e as autoridades nucleares da Argentina e do Brasil realizaram uma reunião do Subcomitê Técnico, em Buenos Aires, nos dias 26 e 27 de setembro passado.

Levando em conta que, a partir de janeiro de 2007, a AIEA espera implementar nas fábricas de combustível nuclear o novo enfoque de salvaguardas, baseado em inspeções interinas de curto pré- anúncio (SNRI), tanto a ABACC como a AIEA esperam ter nessa reunião uma discussão frutífera com as autoridades nacionais sobre os pontos relevantes do novo enfoque, objetivando avançar em sua implementação.

Por outro lado, essa reunião é o foro adequado para discutir opiniões em outros temas da atualidade no âmbito das salvaguardas, tal como a transmissão remota do estado de funcionamento dos sistemas modernos de vigilância o qual melhoraria substancialmente a eficiência na aplicação de salvaguardas, permitindo uma resposta imediata dos

organismos de controle em caso de ocorrer uma falha – o que atenuaria o impacto das medidas de reverificação. Considerando que, tanto na Central Nuclear Embalse da Argentina como na usina comercial de enriquecimento de urânio do Brasil, foram instalados sistemas de vigilância preparados para esta e outras aplicações de monitoramento remoto, na próxima reunião, se espera estabelecer as condições sob as quais se poderia dar início aos ensaios de transmissão remota, objetivando sua implementação em um futuro próximo.

Outros temas de interesse, tal como a reativação da negociação de facility attachments ou a possibilidade de ampliar o âmbito da aplicação das inspeções não-anunciadas, não apenas em instalações de enriquecimento isotópico, também serão incluídos na agenda.

A ABACC espera que dessa reunião do Subcomitê Técnico surjam iniciativas e diretrizes concretas, que permitam continuar com a aplicação efetiva e eficiente de salvaguardas em nível regional. Nesse contexto, a ABACC reitera que considera fundamental manter e fortalecer vias fluidas de comunicação entre ambas as Agências.

Sr. Presidente, desejo finalizar minha apresentação lembrando da passagem do Dr. Jorge Antonio Coll, primeiro Secretário da ABACC e verdadeiro pilar deste organismo, falecido no transcurso deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.